

Comissão Coordenadora

Proposta de relato da reunião realizada em 7 de maio de 2019, pelas 10h30, no Conselho Nacional de Educação (CNE), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação do relato da reunião anterior;
3. Pareceres e Recomendações em preparação;
4. 4. Estado da Educação 2018: estrutura e indicadores;
5. Estudo solicitado pela Assembleia da República - Deliberação n.º 4- PL/2018, de 25 de julho;
6. Próximas iniciativas do Conselho

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além da Presidente, Maria Emília Brederode Santos, o Secretário-Geral, Manuel Miguéns, e os Conselheiros Pedro Lourtie e Sérgio Niza.

A Presidente cumprimentou os presentes e iniciou a reunião com a informação sobre as ausências da conselheira Joana Brocardo e dos conselheiros Bárto Paiva Campos, João Cravinho e Rui Canário.

No ponto 1. Informações, a Presidente lembrou a importância da aprovação por unanimidade, na última reunião plenária de 29 de abril, do parecer sobre o concurso especial de acesso ao ensino superior dos candidatos provenientes dos cursos profissionais e artísticos especializados e a realização próxima de dois seminários, o primeiro que decorrerá no dia 13 de maio sobre *Inclusão hoje: 25 anos depois de Salamanca* e o segundo no dia 22 sobre *Educação e desafios do futuro: ambiente e desenvolvimento sustentável*.

Informou que tinha participado no V Congresso Literacia, Media e Cidadania do GILM - Grupo Informal sobre Literacia para os Media, sob o tema "Tecnologia, Desinformação e Ética" em Aveiro, nos dias 4 e 5 de maio.

Referiu que foi recebido no CNE, a seu pedido, um grupo do *Global Teacher Prize*, Portugal, que veio apresentar alguns projetos e pretendia a colaboração do Conselho para a realização de *workshops* conjuntos.

Comunicou a deslocação a Paris, nos dias 16 e 17 de maio, para uma iniciativa da EUNEC intitulada *Education Councils and the European Education Area*. Sobre o assunto, o Secretário-Geral esclareceu que o objetivo do seminário era colocar os conselhos europeus de educação no debate em torno da ideia de uma área comum europeia do setor da educação e qual deveria ser o seu papel neste âmbito. Acrescentou que embora considere muito difícil a construção de uma área comum de educação europeia, teme que possa vir a ser meramente administrativa, dada a diversidade e as diferenças de conceção dos sistemas educativos dos vários países. A propósito, o conselheiro Sérgio Niza referiu que Bolonha parecia ter aberto a porta para se avançar para uma ideia comum a nível do

ensino secundário, mas tinha decorrido demasiado tempo desde então. O conselheiro Pedro Lourtie lembrou que a ideia de Bolonha não nasceu no âmbito da União Europeia, mas antes em reuniões de ministros da educação de diferentes países e só em fase muito posterior foi apropriada pelas instâncias europeias.

O conselheiro Pedro Lourtie informou a propósito que a Declaração de Bolonha, que estabeleceu um espaço comum de ensino superior, faz 20 anos e a Universidade de Aveiro vai organizar uma iniciativa sobre o tema no dia 19 de junho de 2019.

O conselheiro Sérgio Niza sugeriu que o CNE conhecesse, através de audições aos seus responsáveis, alguns projetos em curso, municipais e intermunicipais, de combate ao insucesso escolar, nomeadamente no âmbito da formação contínua de professores.

Relativamente ao relato da reunião anterior, que por lapso não seguiu junto com a convocatória, foi decidido o seu envio e apreciação na próxima reunião.

Quanto aos pareceres e recomendações em preparação, a Presidente referiu que o parecer sobre a avaliação da aplicação do RJIES, cujo relator é o conselheiro Pedro Lourtie está em fase de elaboração existindo já uma estrutura, perspectivando-se a realização de uma reunião da 2ª Comissão para análise do anteprojeto. As recomendações sobre Educação de adultos, que tem como relatores os (a) conselheiros (a) Rui Canário, Luís Capucha e Cristina Vieira, e sobre Qualificação e valorização dos docentes dos ensinos básico e secundário, cujos relatores são as (o) conselheiras (o) Ana Maria Leal Faria, Inácia Santana, Lurdes Figueiral e Nuno Seruca Ferro, têm os seus projetos praticamente terminados e irão ser apreciadas na próxima reunião plenária, que se prevê possa ser realizada no próximo dia 4 de junho. Está ainda prevista a elaboração de uma recomendação sobre *Ambiente e Educação Ambiental*, que tem como relatores os conselheiros Pedro Reis e a conselheira Isabel Menezes.

O conselheiro Sérgio Niza informou sobre os trabalhos em curso para a elaboração de uma recomendação sobre o pessoal não docente das escolas.

Sobre o relatório Estado da Educação 2018, a Presidente informou que o documento seria constituído por duas partes. Uma primeira com os indicadores e as metas da UE e da ONU e a segunda com estudos de escolas que designou de diferentes, quer porque conseguem resultados que não seriam expectáveis dados os contextos socioeconómicos desfavoráveis em que se encontram (resilientes), quer porque estão a iniciar projetos inovadores (emergentes), quer porque conseguem manter desde há alguns anos projetos e práticas educativas diferentes (resistentes).

Comunicou o envio ao CNE de dois pedidos de informação, por parte da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, a petições apresentadas pela FENPROF em que são solicitadas a criação de um grupo de recrutamento para a intervenção precoce e “a revisão do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”. Sobre esta última foi sugerido que, decorridos dez anos sobre a entrada em vigor do regime, seria interessante proceder a uma avaliação da sua execução, o que poderá caber no âmbito da 5ª Comissão Especializada Permanente.

Reportou, ainda, a chegada ao CNE de um pedido de elaboração de um estudo sobre *Seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário* na

sequência da Deliberação nº 4-PL/2018, de 25 de julho, da Assembleia da República. Este estudo vai ser desenvolvido por uma equipa do CNE e do CIPES.

A Presidente agradeceu a presença de todos e deu por terminados os trabalhos.